

Surveillance in Latin America

“Vigilância, Segurança e Controle Social” . PUCPR . Curitiba . Brasil . 4-6 de março de 2009

ISSN 2175-9596

REDES DE VIGILÂNCIA: a experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano

Surveillance Networks: the experience of security and surveillance embedded in cameras of urban surveillance

Rafael Barreto de Castro^a, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro^a

^(a) Instituto de Psicologia (UFRJ), Programa EICOS, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, e-mail: rafaelbarretodecastro@ig.com.br.

Resumo

A partir da evidência de que as câmeras de vigilância estão cada vez mais presentes no cotidiano das cidades, este trabalho se propôs a tomar estes dispositivos como porta de entrada para refletir sobre as formas de sociabilidade e subjetividade produzidas atualmente. Tendo como cenário a rede monitoramento urbano da cidade do Guarujá (SP), buscou-se mapear que práticas, associações, temas e tensões circulam e performam o coletivo, destacando os enunciados que se apresentaram com maior destaque. Traçou-se, então, uma Cartografia da vigilância na cidade, desenhada segundo o método de Análise de Controvérsias (Latour, 2005), que prima pela descrição de fatos e palavras envolvidos nos jogos de forças, evidenciando as diferentes apropriações/traduções do fenômeno desde sua gênese, passando pela situação atual e concluindo com uma prospecção da rede para o futuro. São exploradas, neste recorte, especificamente as experiências da segurança e da visibilidade e suas ressonâncias.

Palavras-chave: Vigilância, visibilidade, monitoramento urbano, redes, controvérsias.

Abstract

Starting from the evidence that surveillance cameras are increasingly presenting urban cities, this work aims at taking these dispositifs as an entrance to reflect upon contemporary forms of sociability and subjectivity. We tried to map the practices, associations, themes and tensions that emerged from the collective performed in the urban monitoring network of Guaruja (SP, Brazil), pointing out the statements that struck the most. Then, we designed a cartography of surveillance in the city, based on the method of “Controversy Analysis” (Latour, 2005). This method focus on facts and statements enrolled in the forces in action, throwing evidence on the different translations of an event, since its genesis, passing through the contemporary situation and prospecting the future of the network. Specifically, we focused on the experiences of security and visibility, as well as their resonances along the collectif.

Keywords: surveillance, visibility, urban monitoring, networks, controversies.

APRESENTAÇÃO

No âmbito da dinâmica urbana que se evidencia atualmente, entre as grandes tensões existentes, ressalta-se a presença dos dispositivos tecnológicos de vigilância como um ator bastante controverso e cuja presença articula questões importantes em termos da sociabilidade e das formas de subjetivação que são favorecidas e/ou constrangidas. Na maior parte das vezes, desempenhando papel central nas ações públicas e privadas voltadas para a segurança, os dispositivos tecnológicos de vigilância configuram relações nas quais, de modo sutil, vão sendo solicitadas “provas” de que não há nada para se esconder e, assim, práticas e ações que até então passariam despercebidas ganham visibilidade indistintamente.

Neste cenário que articula medo e controle, espaço não vigiado se tornou espaço do desconhecido, do ilícito e, principalmente, local de violência. Aldeias e verdadeiras casamatas também se formam isoladas pelo medo, na tentativa de evitar aquilo que é hostil e assustador. Contudo, os muros não só impedem os de fora entrar, mas também os de dentro sair. A exclusão, portanto, deixa de ser um fenômeno reservado aos de classes mais baixas para atingir aqueles que se guetificam, enclausuram-se em espaços destinados para tal. Constituem-se, a partir daí, as comunidades monitoradas não só por câmeras e seguranças, mas também autovigiadas, frutos dessa demanda específica e disponível para aqueles que podem pagar. Sendo assim, pode-se afirmar que uma espécie de modulação de práticas e ações cotidianas também é produzida e/ou intensificada como efeito de um espaço urbano intensamente vigiado. Na medida em que se define algo como “normal”, estabelecem-se categorias de exclusão dos desviantes, produz-se certa homogeneização, e a cidade se vê esvaziada de seu sentido de arena para celebração das diferenças (PEDRO, 2005).

O presente trabalho, como fragmento de uma pesquisa maior¹, objetivou especificamente realizar uma análise dos efeitos de subjetividade e sociabilidade produzidos pela dinâmica de uma rede que se articula a partir dos novos dispositivos tecnológicos de vigilância. O ponto central de controvérsia discutido é em que medida esta dinâmica evidencia elementos de regulação / controle / constrangimento e de que forma a mesma atravessa a experiência dos atores envolvidos. Na base desta investigação está a perspectiva de teóricos que se debruçam sobre o tema da produção de coletivos híbridos (LATOUR, 2001; 2005; CALLON, 1999), os quais argumentam, por exemplo, que não se pode definir a priori o valor de uma dada

¹ CASTRO, R. B. de. *Redes e Vigilância: uma experiência de cartografia psicossocial*. 2008. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

tecnologia: “Nossas tecnologias são um espelho da nossa sociedade. Elas reproduzem e dão corpo ao jogo complexo de vetores técnicos, econômicos e políticos” (BIJKER; LAW, 1997, p. 7).

Como estratégia de pesquisa, propôs-se a escolha de uma dada fração urbana monitorada por câmeras para a realização de uma cartografia: o município de Guarujá, litoral do estado de São Paulo, uma das cidades pioneiras no que se refere à vigilância por câmeras. Para a “coleta de dados”, foram combinadas observações de caráter etnográfico, contribuições científicas, artísticas, reportagens veiculadas na mídia, documentos e, principalmente, entrevistas com os atores da rede. O material reunido foi analisado segundo o método de “Análise de Controvérsias” (LATOUR, 2005), cujo mote é “seguir os atores na rede”, de modo que, ao final, foi possível evidenciar o jogo de forças envolvido nas diferentes apropriações produzidas, cujos efeitos de subjetividade nos interessavam especialmente.

REDES, TRADUÇÕES, CONTROVÉRSIAS

Como herdeiros da modernidade, vivenciamos uma sociabilidade sociotécnica, no sentido de que somos (nós mesmos) híbridos e, ao mesmo tempo, compomos um coletivo simultaneamente humano e não-humano (LATOUR, 1994). O primeiro conceito-chave, portanto, que vale ser convocado nesse tipo de estudo é o conceito de **“Rede”**, que remete a uma trama de atores (humanos e não-humanos), que tecem suas relações, traçando um emaranhado amplo e heterogêneo que caracteriza o coletivo. Redes são, portanto, coletivos sociotécnicos, configurados em relações fluidas e cambiáveis, mas que, em certa medida, por certo tempo, conseguem apresentar estabilidade. Trata-se de coletivos heterogêneos e múltiplos, como enfatiza John Law (1992) ao definir a Teoria Ator-Rede (TAR): cada um dos “nós” que compõem a rede constitui um ator; e este ator é, ao mesmo tempo, uma rede, já que se compõe a partir de conexões, e estabelece conexões outras além daquelas que estão em foco.

Para Latour (2000), as conexões estabelecidas entre os atores de uma rede, as negociações que, dessa forma, têm lugar e a própria comunicação se dão segundo a lógica da **“Tradução”**. Traduzir é fazer conexão, é se ligar a. Se há comunicação, há tradução. A tradução supõe também percepção, interpretação e apropriação, de forma que estão envolvidas nesta dinâmica tanto a “possibilidade de equivalência” quanto a “transformação” (LAW, 1992). Através deste conceito, o que autores querem afirmar são exatamente as transformações que se dão nos enunciados e tudo mais que circula na rede. Os atores se conectam pela tradução, permitindo-

nos afirmar que eles próprios traduzem a si mesmos e aos demais e, ao mesmo tempo, são traduzidos.

Segundo Callon (1986), traduzir é uma espécie de atribuição de papel “*enrolment*” a um determinado ator pelos demais. Não há julgamento de verdade ao se analisar as traduções. Estas são sempre imperfeitas sem supor a existência de uma “versão correta”. As traduções são individuais porque comportam apropriação, mas são também coletivas na medida em que, ao circular, arregimentam aliados e se transformam. A tradução tampouco é imposta; ela pode ser recusada, negociada, novamente traduzida, evidenciando sua contingência.

Na medida em que as traduções são em si mesmas o próprio movimento da rede, vale considerar outro conceito extremamente importante para uma pesquisa segundo a TAR: o conceito de “*Controvérsia*”. As controvérsias técnicas e científicas têm sido tomadas por pesquisadores da TAR como um fértil campo de estudo para compreender a dinâmica das ciências e das técnicas (PEDRO, 2005). Segundo Callon (1999), entender o processo da ciência e da construção do conhecimento é mais um caminho possível para a compreensão da dinâmica social.

Os estudos de análise de controvérsias, com o objetivo de mapear o jogo de forças presente nas discussões tecnocientíficas, procedem pela descrição (LATOUR, 2004), pela busca de fatos e palavras que evidenciem as relações que se estabelecem (GUESSER, 2006). Segundo o “Princípio de Simetria Generalizada” proposto por Latour (1994; 2000), para a compreensão do funcionamento de uma rede, todos os eventos, enunciados e atores (humanos e não-humanos) devem ser considerados em pé de igualdade, vencidos e vencedores devem ser encarados com igual relevância nas controvérsias que circulam na rede.

Quando se fala em simetria, fala-se em uma atitude proposta com vistas a tornar explícitas as assimetrias e os embates de poder. Assim, diferentemente do que pode parecer a um leigo, falar em “redes” não significa dizer que o *poder* desapareceu ou se encontra homogeneamente distribuído. Cabe pensar, então, em que medida as câmeras de vigilância, como política de segurança pública, atualizam uma nova forma de poder, materializam um dispositivo ainda em franco debate, sujeito a diferentes traduções e questionamentos e, exatamente por isso, um campo riquíssimo de reflexão.

A VIGILÂNCIA COMO DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO

A exemplo do que fez Bruno Latour em seu livro “Jamais fomos modernos” (1994), podemos tomar os jornais para ilustrar o fenômeno específico da Vigilância. Extremamente vinculada

ao tema da violência e da segurança, a vigilância tem se mostrado com uma espécie de solução natural ao quadro de desordem e medo que se instaura nas grandes cidades contemporâneas. Parece que a vigilância se tornou um meio privilegiado de reação e principalmente de prevenção, não só por parte de iniciativas privadas, mas também por parte do poder público.

Especificamente no Brasil, o primeiro ponto controverso suscitado a partir da presença cada vez maior dos dispositivos tecnológicos de vigilância é que por si só estes não constituem uma garantia de segurança. Na análise dos teóricos, sua eficácia é extremamente reduzida caso estes circuitos de câmeras não estejam articulados a um banco de dados, a softwares de identificação e reconhecimento (PEDRO, 2005) e a uma política de segurança adequada. É necessário um sistema integrado, capaz de gerenciar estas informações de forma a produzir um dispositivo eficiente de vigilância / segurança. Entretanto, os sistemas de segurança funcionam atualmente de modo fragmentado, e grande parte de seu gerenciamento se encontra sob a égide do poder privado – iniciativas isoladas, sem comunicação imediata e sem remissão automática a um banco de dados comum (KOSKELA, 2003).

Pedro (2005) afirma que os novos dispositivos tecnológicos de vigilância colocam em jogo uma importante articulação entre controle, risco, liberdade, segurança e visibilidade. Contudo, a questão deste debate não tem por objetivo investigar uma espécie de nível ideal de visibilidade e liberdade para que a segurança esteja garantida e o risco minimizado. A questão é muito mais complexa a começar, por exemplo, pelas afirmações de Caldeira (2000), a partir das quais é possível entender as câmeras tanto como efeitos quanto causas da “fala do crime”. Segundo a autora, este tipo de narrativa acerca da violência atua em dois sentidos próprios. O primeiro deles é a “organização”, ou seja, mesmo que de forma a simplificar a experiência da violência, essa espécie de discurso auxilia as vítimas a estabelecer “ordem e significado”, a “recriar um mapa estável para um mundo que foi abalado” (CALDEIRA, 2000, p. 28). Já o segundo é a “produção de uma experiência do crime”, da violência, na medida em que estas narrativas propagam a idéia de perigo e insegurança, reforçam o medo e estimulam (re)ações privadas e até ilegais.

Segundo Gary Marx (2002) a “nova vigilância” – agenciada aos novos dispositivos tecnológicos – é muito mais fluida do que aquela definida nos dicionários, a qual se apresenta ainda muito tradicional, geralmente com um foco particular (“uma pessoa suspeita”). A nova vigilância tem seu alcance ampliado quase ao nível da onisciência e da onipresença.

“À medida que mais pessoas vão se tornando visíveis, mais as forças de controle tornam-se “invisíveis”” (PEDRO, 2005, p. 14). Dessa maneira, chegamos à que parece ser a maior

controvérsia com relação ao tema das câmeras de vigilância. Se por um lado, a presença destas câmeras pode ser capaz de diminuir a sensação de insegurança, de minimizar o risco à violência; por outro, torna visível práticas e ações cotidianas indiscriminadamente, ou seja, afirma-se que, de certa forma, esta “ameaça” à privacidade e à intimidade dos sujeitos.

Devemos atentar, então, para o fato de que a presença das câmeras não é um fenômeno a ser culpado ou inocentado pela experiência de liberdade que se evidencia atualmente ou pelas patologias urbanas – muito menos glorificado por toda sensação de segurança que conseguimos experimentar. A vigilância é um dispositivo complexo, articulado a outros de maior ou menor complexidade. Sendo assim, que elementos, que dinâmicas são essas, todos articulados aos dispositivos de vigilância? Pensar esses dispositivos, atualmente, implica em pensar em sua dimensão sociotécnica, como uma rede que articula vários atores, produzindo tanto objetos como sujeitos.

DESENHANDO A CARTOGRAFIA DA REDE

A presente pesquisa foi desenvolvida em um só bloco, com incursões a campo entre os dias 18 de julho e 20 de novembro de 2007, no Município do Guarujá, litoral do estado de São Paulo (Figura 1), contando com a participação de homens e mulheres, cujas idades variavam entre 15 (quinze) e 80 (oitenta) anos, sendo alguns destes “moradores” fixos da cidade e os demais considerados como “visitantes”.

FIGURA 1 - Foto aérea do Guarujá



Fonte: www.maps.google.com

A proposta de se entrevistar tanto os sujeitos que são apenas monitorados, como aqueles que participam da atividade de monitorar, foi posta em prática e, dessa forma, criou-se o grupo de participantes denominados “vigilantes”, composto por guardas municipais e representantes do poder público. Além de conversas informais, sempre que possível (mesmo que fosse necessário um segundo encontro), foram realizadas entrevistas – que seguiram roteiros semi-estruturados.

Traçando a Gênese da rede

Ao longo do trabalho de campo, pode-se perceber que a questão da segurança, a incidência de crimes na cidade, mais a importância do turismo para o cenário municipal, contribuiriam fortemente para que as câmeras de vigilância passassem a fazer parte do cotidiano da cidade. Em um primeiro momento, compondo um projeto piloto para avaliar a eficácia destes dispositivos na redução dos crimes e, em seguida, de forma definitiva, a rede de vigilância, foco deste trabalho, foi institucionalmente inaugurada ao final do ano de 2005 e é composta atualmente por uma central de operações – CIOP (Figura 2) – localizada no centro da cidade do Guarujá (Praia de Pitangueiras). A esta central, são encaminhados chamados emergenciais através do número 153, e para atendê-los um grupo composto por telefonistas, guardas

municipais, policiais militares e, eventualmente, bombeiros. Entre os actantes desta rede, também podem ser mencionados centrais de rádio, da polícia e da guarda, o software de gerenciamento das informações coletadas durante os chamados e o próprio videomonitoramento – o ator central da análise aqui empreendida.

FIGURA 2 - Centro Integrado de Operações. A figura nos mostra algumas imagens captadas pelas câmeras, as quais por escolha dos operadores são projetadas em uma grande tela para observação.



Fonte: dos autores, 2007.

O videomonitoramento comporta, além da central para onde convergem as imagens e seus actantes, um sistema operacional de trinta (Figura 3) câmeras posicionadas em pontos específicos da cidade. As câmeras têm mobilidade de 360° na horizontal e amplitude de 140° a 160° na vertical. Sua capacidade de zoom é de 500m (sem ponto cego, segundo MA, fem., “vigilante”), e as imagens são transmitidas à central em tempo real via ondas de rádio.

Durante o processo de criação dessa rede de videomonitoramento e as primeiras negociações e embates necessários à sua constituição, alguns centros de poder foram se formando, e noções como credibilidade e confiabilidade foram colocadas em questão. As imagens captadas, por exemplo, não são disponíveis a qualquer um, nem de forma fácil. Elas são criptografadas (não podem ser manipuladas – apenas cortadas) e só deixam a central com autorização. Dentro do próprio CIOP, existe uma câmera ligada 24 horas por dia. Entretanto, seus operadores não têm acesso às imagens, pois neste caso o monitoramento recai sobre eles. Apenas a VT (masc., “vigilante”), de acordo com ele mesmo, é permitido acessá-las; e tal tarefa é realizada de sua própria residência.

FIGURA 3 - Praia de Astúrias, onde toda a orla se encontra monitorada atualmente



Foto: dos autores, 2007.

Esse projeto é, sobretudo, uma iniciativa da prefeitura, financiada pela prefeitura e que, apesar de envolver outras instituições, cabe à primeira a regência dessa orquestra. Sendo assim, a Guarda, como órgão municipal, possui status de coordenadora do monitoramento, submetendo-o a todos os trâmites e hierarquias característicos de seu funcionamento. Esse fato, aparentemente, não agradava a todos aqueles convidados a se envolver na rede e, em alguns relatos, surgiu como fonte de discussão e dificuldade dentro da dinâmica existente. Especialmente com relação à resolução desse conflito, fins diferentes são relatados, o que, de certa forma, coloca esta controvérsia ainda em aberto. Entretanto, por mais que conflitos referentes ao comando e à concentração do poder existam e, por vezes, extrapolem os limites de uma dificuldade de relacionamento entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal, o *status* de rede bem-sucedida parece não estar abalado nas versões coletadas.

A estabilização da rede

Queda vertiginosa dos índices de criminalidade. Esse é, sem dúvida, o principal ponto (AV, masc., “vigilante”).

Para atrelar confiabilidade e inquestionabilidade ao enunciado da vigilância eletrônica, observa-se, no relato acima, uma menção a dados estatísticos, os quais passam a circular

agenciados ao videomonitoramento. Este “dispositivo de inscrição” (LATOUR, 2000) foi relatado como “oficial”, na medida em que é assinado pelo conjunto das polícias do Estado de São Paulo e atua como mais um actante a contribuir na estabilização da rede. Neste sentido, quando instados a avaliar a situação atual do projeto de monitoramento no Guarujá, MA (fem., “vigilante”) relata que a mesma “deu retorno, que o objetivo foi atendido, ou seja, tem-se mantida alta a freqüência de turistas na cidade, principalmente em alta temporada. Contudo, até mesmo os quadros mais bem-sucedidos e promissores têm consequências não tão desejadas e/ou imprevistas. Um grande avanço, segundo MA (fem., “vigilante”) e VT (masc., “vigilante”), aconteceu quando o promotor da cidade passou a aceitar as filmagens feitas como evidências. Atualmente, não é preciso que a vítima preste queixa. Com a imagem e o objeto roubado já é possível registrar a ocorrência e prender o criminoso.

A cidade que estava estagnada... Hoje nós temos uma mudança do quadro. Só numa praia, temos onze grandes lançamentos imobiliários. (...) Eu acho que, na segurança, nós estamos conseguindo caminhar de forma positiva. (...) E o videomonitoramento sem dúvida é uma peça essencial. Hoje a gente não enxerga mais a cidade sem esse videomonitoramento. Pelo contrário, a gente quer, cada vez mais, estabelecer novos pontos (AV, masc., “vigilante”).

Produziu-se, então, uma miopia, não? Pode soar como um trocadilho, mas “não enxergar a cidade sem o videomonitoramento” é fortemente sintomático. O que era uma saída, uma alternativa para o quadro de violência, pode se tornar uma necessidade:

Agora, acho que o pessoal fica um pouco mais receoso de tentar. Em compensação eles teriam que colocar as câmeras também na rua de trás. Porque eles monitoraram a praia toda, mas, por exemplo, outro dia eu [...] tava lá no centro, na avenida Mário Ribeiro – lá não tem câmera, ali atrás – e passou um cara de bicicleta e levou minha corrente. Quer dizer, monitoraram uma parte, mas tem que agora passar o resto também porque senão... resolvem de um lado, mas eles mudam de posição (SA, fem., “morador”).

Os dispositivos tecnológicos de vigilância, ao serem inseridos no cotidiano das cidades como actantes capazes de produzir uma rede razoavelmente estável, facilitam certos tipos de experiência e concomitantemente constrangem outras no que se refere à liberdade, à intimidade, à segurança e ao medo. Vale então perguntar sobre os efeitos que estão sendo produzidos por esta rede no tempo presente.

Quando você pensa em vigilância, o que é que te vem à cabeça automaticamente?

Acho que segurança, né?! (N, masc. “morador”)

Mais que um substantivo, a expressão “segurança” empregada neste trabalho tem valor adjetivo e vem descrever um sentimento, uma experiência, ou uma “sensação”, como afirmaram alguns porta-vozes.

Agora você tem um elemento muito forte que é a imagem. Isso trouxe um ganho e uma satisfação maior, uma melhor prestação de serviço por parte da polícia, satisfação do policial, e o mais importante, a sensação de segurança pro cidadão do Guarujá e pros visitantes, os veranistas (grifo meu). (AV, masc., “vigilante”)

Contudo, não se está abrindo mão de qualquer descrição mais “objetiva” sobre essa sensação, como os índices de criminalidade, por exemplo. Dessa forma, para explorar o tema da segurança, buscou-se promover aqui a articulação de todas as suas várias versões que circulam na rede – sejam essas ditas “objetivas” ou “subjetivas” – costurando alguns pontos importantes, como por exemplo, a sociabilidade e a confiança.

A cidade, enquanto berço da civilização, enquanto arena do diálogo, comporta também o medo do desconhecido que habita o urbano e desencadeia uma preocupação com a segurança que, ao que parece, é responsabilidade de todos (ROSE, 2000). É preciso que “cada um faça sua parte”:

Mas eu acho que é dever de todos. Não só da administração, mas também dos cidadãos. Todos têm que colaborar com a segurança. A prevenção primária é praticada por nós mesmos. (...) Nós temos que ter um muro alto, alguma coisa (...) medidas primárias e básicas (...) é não ostentar objetos muito caros... é o custo da modernidade e do crescimento (AV, masc., “vigilante”).

O grupo assaltado na Praia das Astúrias neste domingo falhou na condição de turista no Guarujá. Os dois casais falharam no que o secretário de Defesa Social do Guarujá (...) chama de 'prevenção primária' da vítima. Ou seja: não ostentar objetos de valor ou qualquer outra coisa que chame a atenção de assaltantes. E falharam duas vezes: houve reação. (CARVALHO, 2007, sp).

A assessoria de imprensa do secretário de Defesa Social do Guarujá (...) informou que a intenção do secretário não foi culpar as vítimas de assalto na Praia das Astúrias. Segundo a assessoria, ao falar sobre a necessidade de 'prevenção primária' de não portar objetos de valor ou reagir em caso de assalto, o secretário quis orientar as pessoas e reforçar a necessidade de que tenham preocupação com a própria segurança (PLANTÃO..., 2007, sp).

Por mais que se faça, porém, para VT (VT, masc., “vigilante”), é impossível extinguir o crime totalmente. Sendo assim, as estatísticas policiais atribuídas à cidade do Guarujá estariam “dentro de um parâmetro aceitável”. Se assim for, então talvez também exista um “parâmetro aceitável” para a sensação de segurança que se deve sentir. E deste emaranhado de relações e conexões do qual a sensação de segurança surge como efeito, da mesma forma que se evidenciam suas relações com as estatísticas, também podem ser encontrados indícios de suas conexões com as câmeras.

O monitoramento ajuda. Eu acho que diminui a violência. (...) Você sabe que você tá na praia, (...) você tá sendo filmado. Você tá andando no calçadão, você tá sendo filmado. (...) Eu acho que a violência diminuiu com o monitoramento (AO, fem., “morador”).

Durante uma conversa informal, J (masc., “morador”) revelou que seria possível que a presença das câmeras melhorasse a sensação de segurança sentida mesmo que o sistema “por trás” dela fosse falho. J chegou a afirmar que este era um dos pontos positivos do monitoramento: “a sensação de segurança proporcionada e a inibição dos crimes simplesmente pela presença das câmeras”.

Quando se altera a sensação de segurança, altera-se também a rotina daqueles que a sentem de alguma forma. Com a instalação das câmeras, a sensação de segurança para J (masc., “morador”) aumentou, e este passou a freqüentar trechos da praia antes não-cogitados. O rapaz afirmou que costumava ver furtos naquela área, coisa que não acontece hoje em dia. Por isso, J passou a conhecer mais gente na área onde conversávamos do que próximo à sua casa (justamente o oposto da situação antes da instalação das câmeras).

Novamente a sociabilidade aparece como valor importante articulado à sensação de segurança, e indica seu desenvolvimento preferencialmente em ambientes que não pareçam hostis, que sejam confiáveis. Entretanto, este valor da confiança parece cada vez mais raro quando envolve “relações humanas” atualmente e, nesse sentido, os não-humanos podem figurar como uma espécie de porto-seguro, pois seriam mais previsíveis e menos suscetíveis ao erro.

Na medida em que a rede de monitoramento conquista maior confiança na cidade do Guarujá, na medida em que arregimenta mais aliados, seu alcance se amplia, suas chances de perdurar também, e seu status de promotora da sensação de segurança começa a se estabilizar.

[O monitoramento] vem cada dia mais ocupando mais espaço, ocupando credibilidade. (...) Muitas vezes nós somos o ponto específico pra realmente

achar, solucionar a ocorrência deles. Às vezes, a gente não consegue, mas eles sabem que a gente trabalha com muita boa vontade. Então eu acho que os pontos positivos são esses. A credibilidade que a população vem colocando no monitoramento (MA, fem., “vigilante”).

Se realmente a central de monitoramento tem sido vista como um ponto de apoio, como uma referência capaz promover segurança, é necessário investigar quais seriam os motivos que podem estar contribuindo para que esse processo se dê.

Um primeiro ponto que aparece nos relatos é que a segurança possibilitada pela vigilância não se restringe aos moradores e aos visitantes da cidade. Os policiais e/ou guardas municipais se sentem mais seguros quando seu ofício é mediado pelos não-humanos.

A gente não lida tanto com o público, diferente de antigamente que eu trabalhava (...) mais em praça, com pessoas na rua, lidar com ocorrências. Então eu tenho ali o corpo-a-corpo (...). Então eu acho que, pra mim, tá sendo bem melhor aqui, agora (M, masc., “vigilante”).

Segundo MA (fem., “vigilante”), essa estrutura de monitoramento possui algumas vantagens. A primeira delas é a diminuição do risco a que está sujeito geralmente o policial em ação cotidiana, pois as câmeras acompanham o infrator em sua ação e fuga, informando constantemente aos policiais a respeito da localização e das características desse. Ao mesmo tempo, o transtorno gerado para quem sofre a ação do crime também seria diminuído. Dessa forma, MA acredita que a violência se vê diminuída também. O monitoramento, para a mesma, agiliza a ação policial e traz segurança.

Especificamente neste trecho anterior, é possível identificar algo que alude à idéia expressa por Caldeira (2000), quando esta trata da “fala do crime”. O raciocínio apresentado por MA (fem. “vigilante”) defende que a vigilância seria capaz de diminuir a violência não só porque ela atua prevenindo o crime, mas também combatendo-o de forma menos agressiva em relação a todos os envolvidos: policiais, criminosos e vítimas. A desorganização sofrida por aqueles que experimentam a violência seria, assim, atenuada com a introdução dessa rede de vigilância na dinâmica da cidade e, neste sentido, as reações ao evento seriam muito mais brandas.

Esta é uma idéia interessante, mas que comporta uma controvérsia. A rede de vigilância na cidade não se restringe à prática do videomonitoramento simplesmente. Outras ações estão associadas, várias articulações são feitas, e no processo de circulação das informações, de tradução dos fatos e dos eventos, pode ser que a rede propague ainda mais a violência:

O meu medo é de expor uma imagem do Guarujá que, com certeza, vai ser veiculada em rede nacional e não conseguir alcançar o objetivo que é mostrar “– Olha, nós estamos investindo e tal”, que sobressaia mais o outro lado, da existência do crime no Guarujá. (...) Então essa é uma dúvida que eu tenho. (...) Ainda não possibilhamos aí a exposição em rede das imagens. Primeiro pra preservar a identidade e a garantia individual, tanto do preso quanto da vítima e tal e, segundo (...) por não ter ainda essa dimensão de qual será o benefício. Omitir a imagem e trabalhar só com os índices de diminuição ou mostrar o material que a gente tem e pronta ação e tal. (AV, masc. “vigilante”)

As imagens adquiriram status de prova, tanto judicialmente quanto cotidianamente. Mas ainda não há a certeza do quê elas exatamente provam e quais seriam os efeitos de sua circulação.

Até este ponto da discussão sobre a sensação de segurança em sua relação com o monitoramento no Guarujá, foram apresentados alguns relatos que revelam certa confiabilidade por parte dos porta-vozes em questão. Contudo, o quadro encontrado está longe de uma situação de consenso. Há aqueles atores mais cautelosos também, que revelam não acreditar muito na capacidade do monitoramento realizado de promover segurança.

Sendo assim, em uma rede evidentemente híbrida, uma mistura de humanos e não-humanos, foi possível encontrar algumas falas que mencionassem a falta de confiança inspirada pelos primeiros e outros duvidam mesmo é da ausência de falhas atribuída às chamadas “máquinas”.

Até mesmo entre os “bandidos”, afirma MA (fem., “vigilante”), existem aqueles que, às vezes, não acreditam na eficácia da rede e acabam se tornando alvos fáceis sob os olhos de monitores com um tirocínio desenvolvido.

A cada entrevista, a cada observação, viu-se que se um único nó dessa trama se mostrar fraco ou ineficaz, seu efeito – a sensação de segurança proporcionada – será relatado como insatisfatória.

Pode olhar, nenhum policiamento por aqui. Acontece alguma coisa, a pessoa foge, vai pegar como? Não tem como pegar a pessoa (RM, fem., “morador”).

A opção, para tentar compensar qualquer falha existente, seria apelar para outro nó, fortalecendo-o, desterritorilizando a rede, e territorializando-a novamente com outros contornos. E neste sentido, por vezes, é preciso recorrer aos humanos envolvidos, a si mesmo, e até à fé.

Seja como for, a segurança não é um valor que estamos dispostos a abrir mão. E ao que tudo indica, a vigilância é uma das iniciativas capazes de trazer esse alento.

Porque a gente fica mais à vontade, fica mais tranqüilo. Porque, é como acabei de dizer, tem alguém olhando, tem alguém observando alguma coisa de errado que fizerem na redondeza, no lugar onde a pessoa está (R, masc., “morador”).

Enquanto as discussões acerca do tema da segurança parecem muito mais preocupadas em questionar se “há ou não alguém observando”, o tema da visibilidade – que articula a intimidade a privacidade – desloca um pouco a questão e pergunta é “o que exatamente está sendo observado?”, para que possamos refletir a partir daí sobre os efeitos e as possibilidades desse olhar.

De acordo com um dos porta-vozes identificados na pesquisa (S, masc., “morador”), a presença das câmeras no cotidiano do Guarujá não é um fenômeno isolado. Segundo ele, a vigilância é um fato no mundo inteiro, principalmente na Inglaterra, contra o qual não se deve perder tempo polarizando. “*O brasileiro é que tem mania de privacidade*” – chegou a comentar. Seu relato, entretanto, não parecia resignado. Ao contrário, revelava uma espécie de troca: a exposição de algumas de suas ações, de parte do seu cotidiano como moeda na aquisição da sensação de segurança. Com S, também parece concordar MA (fem., “vigilante”):

“Porque hoje em dia, o que mais importa pras pessoas é segurança. Se ela tá sendo olhada, se ela... Isso é o mínimo”.

Quando Foucault (1992) aborda o tema da utilidade, é em torno da “troca” que suas reflexões se desenvolvem. Segundo o autor, o ato da trocar seria abrir mão de algo em prol de outra coisa a qual se acredita ter mais valor, “[...] porém, não quer dizer que se troca utilidade por utilidade em porções idênticas; trocam-se desigualdades [...]” (FOUCAULT, 1992, p. 213).

Dessa forma, é preciso produzir novos sentidos para a liberdade, para a privacidade, que possam conviver com todas as redes de promoção de segurança existentes atualmente. Vale ressaltar, todavia, que “conviver” não significa conviver sem conflitos, porque o que pode parecer uma escolha para alguns, pode ser justamente o oposto para outros.

Eu acho que [a câmera] também pode pegar coisas que não deveriam pegar. (...) Talvez se filmarem alguma coisa num prédio, eu acho que isso pode até prejudicar a guarda, alguém entrar com algum processo (...). Não sei se tem como (...). Porque você não sabe o que tá acontecendo dentro do monitoramento, o que eles estão vendo, o que eles estão querendo ver. Porque não depende só das câmeras estarem posicionadas. Depende de eles estarem comandando. Então você não sabe a direção da câmera naquela

hora. Não adianta nada você ir correndo até um guarda e falar se o bandido já tá totalmente no lado oposto de você e bem longe. (...) Você sabe que tem muito guarda... que ele tá ali dentro, ele cumpre horário. Ele não quer saber da sociedade. Ele faz o dele e pronto. E ele pode tá olhando ou mulher na rua ou olhando qualquer outra coisa e nem aí pra bandido, pra crime (N, masc., “morador”).

A dúvida com relação às ações de quem vigia remete ao funcionamento panóptico descrito por Foucault (2002) e se, por um lado, este é capaz de ter como efeito “quase metade da população monitorando a própria população” (VT, masc., “vigilante”); por outro, pode produzir desconfiança e receio de olhares mal-intencionados, por exemplo. Antecipando-se a este tipo de acusação, os porta-vozes do CIOP descreveram em seus relatos os cuidados tomados com a divulgação das imagens filmadas. Contudo o processo de filmar em si, ou seja, a escolha do quê colocar em foco, parece ser efeito do já mencionado tirocínio dos profissionais do monitoramento, que ao mesmo tempo em que pode agregar eficácia ao trabalho, pode constituir também um problema sério.

Sobre como identificar o criminoso, aquele sobre o qual deve ser dado o “zoom”, VT (masc., “vigilante”) diz que os profissionais da central são competentes, que antes de chegarem ali tiveram anos de experiência na rua e que, hoje em dia, conseguem distinguir trejeitos, posturas, “*modus operandi*” de criminosos. Quando se define que alguns comportamentos são suspeitos, merecedores de observação atenta, delimita-se de certa forma um campo de exclusão. Exibir tal comportamento insere o sujeito automaticamente em uma categoria nada desejável. O problema é maior quando se pensa nas ações empreendidas com relação àqueles que apresentam as atitudes suspeitas.

Apesar desta questão problemática, a maioria dos discursos coletados afirmou que se você não faz nada de errado não tem o que temer. Os dispositivos de vigilância, dessa maneira, só tornariam visíveis as ações já praticadas, e o fato de o sujeito “não ter nada a esconder” o faz merecedor do status de confiabilidade e integridade. Fica evidente, então, que liberdade e a intimidade são valores que se produzem a cada momento como efeitos de rede. Os limites de uma intimidade são, portanto, negociáveis e não devem recuar diante os olhares das câmeras, pois são fabricados nesse jogo mesmo de forças. “Trata-se de uma subjetividade que se constitui prioritariamente na própria exterioridade, no ato mesmo de se projetar e de se fazer visível a outrem” (BRUNO, 2004, p. 116).

Se a rede de monitoramento no Guarujá, apesar dos pontos negativos, das dificuldades, com seus efeitos imprevistos e com a atualização de questões importantes na contemporaneidade pode ser considerada eficiente e, por isso, se mantém viva, que idéias seus actantes têm para o

seu futuro? Dado o seu percurso, como se prospecta essa rede para os próximos anos e como se deseja que ela seja?

Esboçando o futuro da rede

Para esse terceiro momento da rede, que é um momento que ainda não se atualizou, as possibilidades de percursos são tão maiores do que nos dois momentos anteriores, que já era prevista certa dificuldade por parte dos porta-vozes em produzir alguma versão que parecesse ter corpo, por assim dizer. Com o objetivo, então, de diminuir essa dificuldade, este momento da rede foi abordado e, da mesma forma, será aqui organizado em duas possibilidades distintas: o futuro previsto – aquele que é uma dedução razoável dada a trajetória conhecida; e o futuro desejado – aquele que não tem nenhuma pretensão de ser coerente, lógico ou razoável.

Futuro previsto

De acordo com aqueles que coordenam o projeto de monitoramento no Guarujá, uma idéia geral do futuro percurso institucional da rede e seus objetivos pensados a partir do quadro atual comporta expansão do alcance do monitoramento, elaboração de novo contrato, reeleição do prefeito – fala-se em uma continuidade da rede que, em seu funcionamento, vai sempre buscar a manutenção de sua existência. E neste caso, parece que a necessidade produzida fez da sobrevivência um sinônimo de expansão.

Todavia, a expansão da rede pode ser entendida não só como ampliação de alcance, mas também através da articulação com novos actantes, como é o caso do *software de retrato* falado, que se encontra em fase de testes para se identificar a versão que mais atenda a demanda deste coletivo (A, masc., “vigilante”). Talvez neste caso se esteja caminhando para aquele tipo de integração necessário a um sistema eficiente de vigilância (NORRIS; ARMSTRONG, 1998; PEDRO, 2005).

Contudo, através das falas coletadas, foi possível identificar também alguns problemas e dificuldades que serão enfrentadas para que esse futuro planejado venha a ter lugar. A questão política é um primeiro problema, e forte; o que reforça aquilo que Latour (2000) afirma quando evidencia que as decisões técnicas e as políticas encontram-se extremamente imbricadas. É necessário que os aliados do projeto continuem em posições privilegiadas, ou que a própria rede arregimente alguns novos que possam garantir sua continuidade. A segunda possível dificuldade é econômica, que de certa forma pode produzir o fim da rede,

como também desvios em maior ou menor grau. No entanto, parece que esse projeto, por mais que tenha que se adaptar para vencer os obstáculos, veio pra ficar, pois seus aliados estão espalhados entre os vários grupos que compõem a rede. Assim, a previsão de uma expansão da rede não é apenas um desejo utópico de um coordenador despótico. Ela se tornou uma “tendência generalizada” e faz parte das expectativas das pessoas, até para que se possa dar conta dos novos desvios que irão ocorrer, daquilo que irá escapar ao previsto de alguma forma.

Futuro desejado

No futuro desejado pelos porta-vozes envolvidos na pesquisa, os dispositivos tecnológicos de vigilância continuam a existir. Para alguns, em especial, não só os dispositivos devem perdurar no cotidiano da cidade, mas a rede deve crescer, se exportar mais, agregar novos e importantes actantes no sentido também de possibilitar um maior exercício do controle.

Entretanto, a idéia que fica a partir das entrevistas e das conversas informais é que o apoio a estes dispositivos de vigilância se dá na medida em que estes possam garantir aquilo que realmente se deseja. E, dessa forma, a segurança se destaca como um valor importante, assim como tudo mais a que esta possa estar articulada: educação, emprego, lazer, etc.

Notou-se uma mescla de otimismo, do chamado “pensamento positivo” e da idéia de progresso, que está geralmente ligada a de expansão. A noção de desenvolvimento parece impregnar a maioria das expectativas e dos discursos, que obviamente não são tão homogêneos. Alguns desejos, por exemplo, não parecem tão evidentemente ligados à segurança, mas poderiam se tornar alguns dos objetivos buscados com o uso dos dispositivos tecnológicos de vigilância. Os desejos também evidenciaram críticas a uma dinâmica que sempre irá favorecer alguns de seus atores mais do que a outros e que, no jogo de traduções, acaba produzindo satisfações e insatisfações.

Contudo, um ponto parece unânime: todos querem o melhor para essa rede urbana que compõe o Guarujá. A questão é que existem tantas possibilidades, tantas versões, que algumas se sobressaem às outras, adquirindo status de verdade. Por isso, vale convocá-las todas, no sentido de melhor compreender a sociedade que se tem produzido atualmente, entendendo que tais efeitos são contingenciais e, portanto, passíveis de alteração a qualquer instante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da evidência de que os dispositivos tecnológicos de vigilância estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano como uma espécie de solução natural ao quadro de violência e medo. Questionamos a naturalização desse fenômeno e buscamos algumas pistas, sentidos possíveis, *versões* que nos ajudassem a compreender quais os efeitos produzidos por essa rede.

De acordo com o que pudemos apreender, a gênese da rede articulada aos novos dispositivos tecnológicos de vigilância no Guarujá se deu como efeito de outras redes já existentes. Mais que um reconhecimento apenas da capacidade técnica destes dispositivos, a instalação das câmeras teve lugar como fruto de um jogo de forças, no qual a negociação política também se mostrou destacar. Com um custo bastante elevado, na medida em que recorreu a um setor de consumo onde as tecnologias de ponta são priorizadas, a rede arregimentou aliados, envolveu atantes e se pôs em movimento. Hoje, os dispositivos tecnológicos de vigilância no Guarujá atualizam novas formas de exercício de poder. Na medida em que articulam uma rede de relações que envolve humanos e não-humanos, seu alcance se vê ampliado tanto no tempo quanto no espaço. É claro que esta rede ainda se encontra bem aquém de outras como as de Nova Iorque e, principalmente, Londres no que se refere à sua capacidade de se exportar, de exercer controle; seus efeitos, contudo, não devem ser negligenciados.

A coibição do comércio ilegal, como de produtos pirateados ou alimentos em condições insalubres, são alguns exemplos das atividades que, além da prática do crime, estão sendo reguladas na cidade, através do videomonitoramento. Especificamente com relação a essas atividades, o controle parece ser desejado. Há, entretanto, outros tipos de práticas que também se encontram sob a lente das câmeras, cujas exposições poderiam trazer constrangimento não só aos chamados “criminosos” como também aos “cidadãos comuns”. Como membros de “circuitos de inclusão” (ROSE, 2000), os “cidadãos comuns” revelaram não se sentir limitados em quaisquer de suas ações pelo fato de estarem sendo monitorados. Suas justificativas: “não costumam fazer nada de errado”. Nessa mesma linha de oposições produzidas, como esta entre o Certo e o Errado, os dispositivos tecnológicos de vigilância vão agregando outras, tais como: o Bem e o Mal, a Ordem e a Desordem, a Vítima e o Criminoso. Através destas polarizações, tenta-se definir contornos em um campo caracterizado por heterogeneidade e tensão constante. A partir do momento em que estes limites são definidos, tem lugar o fenômeno da exclusão como um dos efeitos da vigilância contemporânea.

As estatísticas mostram a redução na taxa de incidência de crimes após a instalação das câmeras – e podemos perceber o quanto estes dispositivos de inscrição produzem efeitos de objetividade quando enunciados. Os porta-vozes relataram se sentir mais seguros quando vigiados. Os empreendimentos imobiliários estão se multiplicando na cidade, que cada vez parece mais bela e atrativa. Estes seriam todos efeitos desejáveis se não representassem um projeto de desenvolvimento cosmopolita que não agrada a todos os moradores como as câmeras parecem agradar. Oriunda de uma vila de pescadores, o Guarujá, articulado aos dispositivos tecnológicos de vigilância, tem revelado um crescimento digno dos grandes centros urbanos, o que, por sua vez, faria de seus moradores, cidadãos cosmopolitas, sujeitos de ritmo acelerado e laços mais fluidos (BAUMAN, 2001). Sendo assim, enquanto efeitos de rede, noções como “tranqüilidade” e “confiança” não estão articuladas diretamente e somente aos dispositivos de vigilância. De uma iniciativa desejável, com alguns efeitos esperados, problemas e insatisfações também podem ser produzidos. Até mesmo a tranqüilidade experimentada por alguns porta-vozes como efeito direto da presença das câmeras parece ter versões diferentes. A crença na recalcitrância, seja dos objetos técnicos ou dos humanos, fundamenta algumas desconfianças que acabam por afastar qualquer sensação de segurança que as câmeras poderiam propiciar.

De um modo geral, percebeu-se que este projeto de vigilância é visto como *uma* entre as várias ações necessárias para se alcançar uma dinâmica social desejada, para a qual não há uma fórmula prescrita. Portanto, na visão dos porta-vozes identificados, o que importa em última instância, são os efeitos produzidos muito mais do os caminhos trilhados para se chegar a estes. Entretanto, esse é um tipo de iniciativa que veio para ficar, segundo os porta-vozes. As câmeras já são uma realidade, um fato em nosso cotidiano e, mesmo que não tenham a eficácia desejada, é dada à rede o ônus da dúvida também no sentido de que boas surpresas podem ocorrer.

Vale alertar, novamente, para o fato de que não estamos atribuindo nenhum juízo de valor às questões apresentadas aqui. Apenas, onde os porta-vozes parecem ter fechado a caixa-preta, evidenciamos alguns dos embates possíveis. E sendo a rede estudada neste trabalho, uma rede bem sucedida, razoavelmente estável, certamente sua aceitação é mais visível, cabendo a nós, então, entrar na rede pela “porta dos fundos”, pela sua “cozinha” (LATOUR, 2000), na tentativa de reabrir o debate.

Esse é um ponto que fazemos questão de deixar claro: o quanto “verdade” e “erro” são efeitos de uma mesma dinâmica, de um mesmo embate, no qual os papéis não estão definidos a priori, nem as possibilidades. Latour (2000), através da metáfora das duas faces de Jano,

afirma que a produção de fatos científicos pode ser estudada tanto pela face da ciência pronta, quanto pela face da ciência em construção. Sendo assim, há várias versões para o mesmo fato, todas elas merecedoras de investigação e avaliação. E aquelas que, porventura se sobressaiam às demais não necessariamente permanecerão como vencedoras *ad eternum*.

Uma das evidências desta cartografia é que as decisões acerca dos dispositivos tecnológicos de vigilância no Guarujá são tanto políticas quanto técnicas e, portanto, produzidas por um jogo de forças onde exercício de poder, conhecimento técnico e imprevisibilidade se fazem presentes. Desta maneira, os desvios ao longo do fluxo de uma rede são possíveis e, diríamos até, inevitáveis. Derivações podem ocorrer tanto em seu sentido negativo quanto positivo na medida em que não só a política, mas também a técnica está em constante transformação; o que faz da presente cartografia uma entre as várias traduções possíveis para fato. E certamente, na própria dinâmica da rede, algumas traduções, com o tempo, irão adquirir status de verdade, e outras de ficção.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BIJKER, W.; LAW, J. **Shaping technology/Building society**. Studies in Sociotechnical Change. Massachusetts: The MIT Press, 1997.
- BRUNO, F. G. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 24, p. 110-124, jul. 2004.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.
- CALLON, M. The Sociology of an Actor-Network: The Case of the Electric Vehicle. In: CALLON, M; LAW, J; RIP, A. (Ed.) **Mapping the dynamics of science and technology**: sociology of science in the real world. London: The Macmillan Press, 1986. p. 19-34.
- _____. Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis. In: BIJKER, W; HUGHES, T; PINCH, T. (Ed.). **The social construction of technological systems**. Massachussetts: The MIT Press, 1999.
- CARVALHO, C. Secretário do Guarujá diz que turistas assaltados na praia falharam. **Extra On line**. São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://extra.globo.com/pais/plantao/2007/11/26/327318206.asp>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUESSER, A. H. **Software livre e controvérsias tecnocientíficas**: uma análise sociotécnica no Brasil e em Portugal. Curitiba: Juruá, 2006.

KOSKELA, H. “Cam Era” – The contemporary urban Panopticon. **Surveillance & Society**, v. 1, n. 3, p. 292-313, 2003. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 01 dez. 2006.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Ciência em ação**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **A Esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. A prologue in form of a dialog between a Student and his (somewhat) Socratic Professor. In: AVGEROU, C; CIBORRA, C; LAND, F. F.(Ed). **The Social Study of Information and Communication Study** . Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 62-76. Disponível em <<http://www.bruno-latour.fr/articles/article/090.html>>. Acesso em : 31 jan. 2007.

_____. **La cartographie des controverses**. 2005. Disponível em <<http://www.technologyreview.fr/?id=65>>. Acesso em 03 jul. 2007.

LAW, J. **Notes on the Theory of the Actor Network**: Ordering, Strategy and Heterogeneity. Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster: LA1 4YN, 1992. Disponível em <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2006.

MARX, G. T. What's new about the “new surveillance”? Classifying for change and continuity. **Surveillance & Society**, v. 1, n. 1, p. 9-29, 2002. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 29 nov. 2006.

NORRIS, C. ARMSTRONG, G. Introduction: power and vision. In : NORRIS, C; MORAN, J;ARMSTRONG, G. (Eds.). **Surveillance, Closed Circuit Television and Social Control**. Aldershot: Ashgate, 1998. p. 3-18.

PLANTÃO. Secretário quis orientar e não culpar vítimas de assalto, diz assessoria da Prefeitura do Guarujá. **O Globo Online**, São Paulo, 26 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/11/26/327320770.asp>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

PEDRO, R. M. L. R. Tecnologias de Vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. In: Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS - Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. v. 1, 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Editora da ANPOCS, 2005. p. 1-32

ROSE, N. Government and control. **British Journal of Criminology**, 40, 2000.